



EMPREGO APOIADO

ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO E SUPORTE

O acesso ao emprego no mercado normal de trabalho é o meio por excelência para aceder a uma participação activa na comunidade e uma garantia de igualdade de direitos e oportunidades fundamentais.

A importância do trabalho tem vindo progressivamente a ser reconhecida na área da saúde mental, tendo-se traduzido na implementação de vários projectos de reabilitação, formação e integração profissional.

O modelo de emprego apoiado constituiu-se na década de 80 como um dos mecanismos de *advocacy* das pessoas com doença mental, facilitando a sua entrada no mercado normal de trabalho, de modo a potencializar a integração comunitária desta população. A utilização deste tipo de serviços na comunidade, em lugar dos serviços tradicionais de tratamento, pretendeu ser uma transformação fundamentada na melhoria da qualidade de vida das pessoas com doença mental. Em menos de uma década, assistiu-se ao desenvolvimento de

programas de Emprego Apoiado, não só nos Estados Unidos, mas também na Austrália, Reino Unido, Irlanda, Espanha, Holanda e Portugal, possibilitando que cerca de 100.000 pessoas (Wehman, 1995), pudessem beneficiar destes serviços de suporte.

Os programas de Emprego Apoiado assentam em vários princípios fundamentais:

Universalidade

A universalidade pressupõe o direito ao trabalho de todos os grupos, independentemente das questões culturais, étnicas, religiosas, económicas ou de doença mental. Assim, os programas de Emprego Apoiado devem fornecer os suportes adequados para que todas as pessoas, independentemente das suas problemáticas e dificuldades, possam ter acesso e manter um emprego no mercado normal de trabalho;

Continua na pág. 2

EDITORIAL

EMPREGO E INTEGRAÇÃO

A população doente mental deve ser um dos grupos sociais que há mais tempo e que de forma mais severa foi segregada da sociedade, facto que surge como consequência da existência de instituições totais como são os hospitais psiquiátricos.

Com a desinstitucionalização, criou-se a ideia de que era possível o regresso à vida comunitária, de forma participativa e em convivência plena com os contextos naturais. Numa fase mais recente da desinstitucionalização surge a ideia da integração a nível profissional, constituindo-se como uma das etapas ou formas que poderiam contribuir para essa integração comunitária.

Foi com grande entusiasmo que os profissionais na área da reabilitação abraçaram esta ideia, porque poderia funcionar como um meio facilitador por excelência, do regresso das pessoas com doença mental ao convívio e ao relacionamento continuado com outras pessoas no contexto da comunidade. Contudo, esta aventura da integração não é um processo linear e entrecruza-se com muitas variantes e nuances ideológicas, pelo que se foram criando, à semelhança do que aconteceu no domínio das pessoas com deficiência, novas formas de segregação, como sejam os empregos protegidos, os enclaves e mais recentemente, as chamadas firmas sociais ou empresas de inserção.

É neste confronto de ideias que surge o modelo do Emprego Apoiado em Meio Competitivo de Trabalho que retoma a convicção e a esperança, em que se fundamentaram as origens da desinstitucionalização, de que é possível a integração plena em todos os contextos naturais, incluindo os empregos regulares nas empresas ou noutros serviços públicos ou privados.

A teoria que advoga a necessidade dos empregos protegidos, das empresas de inserção e da formação profissional em contextos segregados, baseia-se na ideia da transitoriedade que implica a necessidade de um treino em contextos artificiais ou experimentais, de preparação para que um dia a pessoa possa estar habilitada a voltar a ser integrada na comunidade.

Na perspectiva de reabilitação humanista e comunitária, parte-se do princípio de que, não só a pessoa tem o direito de se integrar nos contextos idênticos aos disponíveis para as outras

Continua na pág. 8

Integração/ Acessibilidade

A oportunidade das pessoas com doença mental trabalharem lado a lado com outras pessoas e ocuparem um posto de trabalho dentro duma empresa, com um contrato de trabalho, constitui um princípio fundamental do programa de emprego apoiado.

A integração não se refere somente à presença física, implica também a participação total em todas as actividades em que os outros trabalhadores participam: a nível da produção, nos intervalos e almoços ou em actividades extra-laborais que as empresas organizem, como passeios, grupos desportivos, etc.

O acesso individualizado a um emprego, numa empresa do mercado normal de trabalho é a menos restritiva e a mais integrada das opções profissionais.

As soluções propostas por outros programas de reabilitação vocacional que promovem o trabalho em conjunto, de pessoas com doença mental, em enclaves, ou em empresas especialmente criadas para esse fim, conduzem a situações estigmatizantes de trabalho, redutoras da participação e integração desta população.

Ao contrário desses modelos, os programas de emprego apoiado promovem o acesso às empresas da comunidade. Os seus participantes não estão confinados a um local especial dentro da empresa, mas utilizam as mesmas instalações e serviços, beneficiam das mesmas regalias (remuneração, férias, esquemas de saúde) participam nas mesmas actividades, proporcionando-se, assim, oportunidades para que as pessoas com doença mental trabalhem e desenvolvam relações interpessoais com os outros colegas.

Participação/Empowerment

Estes programas são desenvolvidos numa perspectiva de empowerment que incentiva os participantes a estabelecerem os seus próprios objectivos e a tomarem parte nas decisões com eles relacionados.

A responsabilização e a participação dos utilizadores deste serviço, na elaboração e implementação do seu próprio projecto de emprego, é uma condição determinante para o sucesso da futura integração profissional.

Individualização/ Diversidade

A focalização nas necessidades individuais dos participantes determina toda a estratégia de intervenção.

Assim, os programas devem oferecer um conjunto de serviços diversificados que os participantes utilizam de acordo com as suas necessidades; não existe um programa único que funcione para todos os indivíduos.

A ideia de que a reabilitação e integração profissional se faz por etapas, pré-definidas para o grupo em abstracto, tem vindo a ser repensada., pois tradicionalmente os participantes tinham que passar por várias fases: reabilitação funcional, orientação vocacional, preparação e formação profissional até alcançarem, por fim, o emprego.

Os programas de emprego apoiado devem dispor desses serviços, mas a sua utilização deve ser ajustada às necessidades e potencialidades de cada indivíduo. Nem todos os participantes necessitam de passar por todas as fases, nem o processo terá que ser exclusivamente unidirecional, tendo em conta as flutuações de funcionamento individual ou a redefinição de novos objectivos profissionais.

Os suportes devem ser, assim, variados, flexíveis e individualizados, e prestados por tempo indeterminado, de forma a possibilitar o apoio necessário à medida que as próprias necessidades e objectivos individuais se vão modificando.

Informação/Oportunidades de Escolha

A informação tem que estar disponível e acessível através de diversos instrumentos e incluir dados sobre mercado de trabalho, profissões, exigências laborais, oportunidades e alternativas de emprego.

O acesso à informação proporciona oportunidades para que os elementos possam identificar um número razoável de opções profissionais, desde um trabalho com um nível básico de exigências laborais até um trabalho qualificado, fazendo a sua escolha com base nos seus interesses e qualificações.

Utilizando como recursos as empresas existentes na Comunidade, os programas de

emprego apoiado são capazes de dar resposta às diferentes escolhas dos participantes, possibilitando o acesso às mais variadas áreas profissionais

Suporte Continuado/Suportes Naturais

Decisivo para a manutenção do emprego é garantir um sistema de apoio continuado e flexível que possibilite a identificação de dificuldades e conflitos, a definição de estratégias de resolução, a defesa dos direitos fundamentais do trabalho, no sentido de prevenir situações de discriminação e garantir oportunidades de promoção.

O suporte não pode ser limitado no tempo, não só porque, no mesmo emprego surgem sempre novas situações, como também, tal como as outras pessoas, os elementos podem mudar de emprego, ao longo da sua carreira.

Por outro lado, tem-se verificado um progressivo reconhecimento da importância das redes de suporte naturais, tendo-se evoluído do suporte exclusivamente técnico, para o suporte dos colegas de trabalho e finalmente para os suportes naturais no contexto da empresa.

Os técnicos de emprego apoiado são vistos como agentes externos, o que não significa uma diminuição do seu compromisso e envolvimento a longo termo. O seu papel é identificar, desenvolver e facilitar o acesso aos suportes existentes no local de trabalho. O sucesso deste tipo de intervenção consiste em acreditar nas potencialidades dos recursos existentes na empresa e, através de um trabalho coordenado, torna-las mais funcionais como redes sociais de apoio.

Com base nestes princípios que a AEIPS tem desenvolvido, desde 1990, um Programa de Emprego Apoiado para jovens adultos com doença mental, desempregados de longa duração. Este programa proporciona um conjunto de serviços de suporte em termos da obtenção e manutenção de um emprego no mercado normal de trabalho, favorecendo a ligação com a comunidade e a integração social desta população.



1. Orientação e Escolha Vocacional

O serviço de orientação e escolha vocacional tem como objectivo a identificação de áreas de interesse, qualificações e competências individuais, fazendo-se, com os participantes, um levantamento das suas habilitações literárias, experiências profissionais, bem como das actividades de participação comunitária e de tempos livres. Esta identificação permite ir desenhando o perfil de interesses e valores que os candidatos foram criando ao longo dessas experiências. Por outro lado, é importante abordar novas áreas de forma a enriquecer o leque de opções profissionais. Assim, este serviço funciona também como um espaço de informação sobre o mercado de trabalho, profissões e oportunidades de emprego.

Podem utilizar-se como recurso de informação, exposições de membros do programa que já estejam a trabalhar, exposições de profissionais de diferentes sectores da actividade económica, vídeos, slides e outros instrumentos que esclareçam sobre funções e exigências de diferentes actividades profissionais.

Neste contexto, são ainda planeadas visitas a empresas, proporcionando-se assim oportunidades para que os candidatos possam ter um maior conhecimento sobre diferentes áreas profissionais e trocar impressões com os profissionais que as executam.

Ao contrário da orientação vocacional tradicional, em que existe a participação activa dos profissionais na selecção do trabalho e um enfoque em avaliações psicológicas e psicométricas, neste modelo a escolha é feita pelos candidatos, com base nos seus interesses e valores. Em todo este processo que não pode servir para adiar a entrada no mercado de trabalho, mas para sintonizar os aspectos individuais com as realidades do mercado, deve existir um envolvimento intensivo e uma participação activa de todos os candidatos, de modo a que tenham uma oportunidade de valorização positiva e de responsabilização activa na escolha e selecção do seu próprio emprego.

2. Procura de Emprego

Os candidatos aprendem a elaborar o seu Curriculum Vitae, cartas de candidatura, a consultar e a responder aos anúncios, a pesquisar empresas e a marcar entrevistas. Na preparação para as entrevistas de emprego é dedicada uma especial atenção às questões relacionadas com o discurso e a apresentação pessoal. Através do role playing os candidatos vão aprendendo como se devem apresentar, como realçar as suas capacidades e interesses em vez de se focalizarem nas suas dificuldades.

3. Contactos com os Agentes Económicos

É essencial que a organização tenha uma

estratégia de sensibilização e envolvimento dos agentes económicos e centros de emprego relativamente a esta problemática, não só para conhecer as ofertas de emprego e as necessidades dos empresários, mas também para, através da criação de alianças, facilitar a contratação das pessoas com doença mental.

A imagem de qualidade do serviço de emprego apoiado, em termos do apoio permanente pós colocação, constitui um recurso inexcedível para os candidatos a emprego, que têm este tipo de serviço como retaguarda de suporte.

Para além dos benefícios económicos de que poderão usufruir, como reduções fiscais e apoios à contratação, os empresários têm vindo a aperceber-se que um maior envolvimento social poderá valorizar a sua imagem e reputação, reflectindo-se nos seus bons resultados a logo prazo.

É o que podemos designar de Cidadania Empresarial, uma nova forma de estar que implica o envolvimento das empresas com a comunidade em que se inserem.

4. Formação

Tendo em conta que a maioria dos participantes neste programa não tem uma grande experiência profissional, pode ser necessário um período de formação inicial que os torne mais qualificados, em termos de conhecimentos técnicos e de competências profissionais.

O programa de formação profissional inclui a formação nas novas tecnologias de informação, de modo a qualificar as pessoas com doença mental para os desafios do futuro e os estágios profissionais nas empresas do mercado competitivo de trabalho, nos mais diversos sectores da actividade económica.

Parece-nos ser determinante, para o sucesso de uma futura integração profissional, que as actividades de formação e adaptação ao mundo do trabalho sejam realizadas em contextos naturais. Da avaliação feita à formação realizada em ambientes artificiais, conclui-se que as competências aprendidas em situações pré profissionais não são generalizáveis às situações de emprego.

Assim, a formação realizada num ambiente de trabalho real, permite não só a aquisição

de conhecimentos técnicos mas também a aquisição de competências profissionais ao nível da assiduidade, pontualidade, relação com os colegas de trabalho e supervisores. As acções de formação devem ter objectivos claros, conteúdos programáticos adaptados às exigências do mercado de trabalho e formas de avaliação e certificação.

A importância da formação e qualificação profissional como estratégia facilitadora do emprego, não pode ser confundida como uma alternativa à própria integração profissional.

Por outro lado, devem ser desenvolvidas, com os participantes e com empresários, estratégias de formação periódicas, de modo a potencializar o desenvolvimento da carreira do trabalhador.

5. Manutenção do Emprego

O modelo de emprego apoiado pressupõe um sistema de suporte a mais longo prazo, no sentido de garantir o sucesso e a manutenção destes postos de trabalho, bem como a protecção contra o despedimento sem justa causa.

As estratégias de suporte estão organizadas em 3 categorias: as estratégias de suporte directas, as indirectas e as externas.

As estratégias directas, englobam todas as actividades de suporte prestado directamente ao trabalhador com doença mental, realizadas no local de trabalho e focalizadas na função profissional: análise de tarefas, produtividade, aquisição e treino de competências, comunicação, mobilidade. Estas actividades de suporte directo eram na sua maioria fornecidas pelo técnico de emprego, mas progressivamente compreendemos que os colegas de trabalho tinham a vontade e uma melhor capacidade de fornecer esse suporte.

Este suporte que é natural, permite não só o apoio à formação e à resolução de dificuldades, como a oportunidade de os colegas de trabalho e supervisores fortalecerem naturalmente a integração nas rotinas e relações sociais existentes.

As estratégias indirectas incluem o contacto directo na empresa, com os colegas e supervisores, em reuniões periódicas de apoio, formação e consultoria, de modo a que eles forneçam um bom suporte directo

ao trabalhador com doença mental.

Por outro lado, o envolvimento e o estabelecimento de relações de longo prazo com os empresários tem contribuído para a criação de uma rede de empresários e, conseqüentemente, para o aumento de oportunidades de emprego, nas mais variadas áreas da actividade económica

As estratégias de suporte externas constituem o terceiro nível de suporte e incluem as actividades que decorrem fora do local de trabalho. Exemplos dessas actividades são as reuniões de suporte individuais fora do horário laboral (hora de almoço, fim de tarde) e o ensino de competências necessárias quando se começa a trabalhar, como por exemplo, utilizar os melhores transportes, abrir uma conta bancária, gerir o ordenado, planificar as consultas médicas, etc.

Além das reuniões individuais, existem também actividades de grupo, tal como a reunião pós-laboral e o jantar mensal de todos os trabalhadores no programa, que possibilitam a continuidade da partilha de experiências entre o grupo, criando-se assim um espaço de inter-ajuda motivador da manutenção do emprego.

Como o sucesso no emprego não depende exclusivamente de aspectos e de necessidades de suporte ligadas às questões profissionais, o nosso programa articula-se com outras áreas de intervenção, tais como programas de apoio habitacional, actividades culturais, desportivas e de lazer. Estas actividades devem envolver, além dos técnicos de emprego, outros profissionais, familiares, amigos, grupos de ajuda mútua, vizinhos, helpers naturais da comunidade e todos os dados sugerem que o envolvimento activo destes indivíduos é importante para o sucesso do emprego.

Avaliação do Programa

No sentido de garantir a qualidade dos serviços de emprego apoiado é necessário desenvolver mecanismos de obtenção de feedback por parte dos utilizadores e das empresas.

A participação dos utilizadores na avaliação do programa permite determinar o grau de satisfação em relação aos serviços prestados, ou seja, se os serviços que

recebem respondem ou não às suas necessidades.

Por outro lado, o sistema de suporte individual, na medida em que não se restringe às questões laborais, permite ter um conhecimento sobre as necessidades e funcionamento dos participantes em diversos contextos na comunidade, o que ajuda a compreender o impacto do trabalho na qualidade de vida global dos indivíduos. Importante também é a obtenção de feedback por parte das empresas (colegas de trabalho, supervisores e empresários) não só em termos da avaliação do desempenho laboral, mas também relativamente à eficácia dos suportes prestados pelo programa.

Os dados assim obtidos devem ser objecto de análise e debate, no sentido de se irem revendo, redefinindo e melhorando os instrumentos e estratégias de negociação e suporte.

Pensamos que o desenvolvimento deste Programa de Emprego Apoiado abriu novas perspectivas para as pessoas com doença mental, em termos de oportunidades de trabalho, de auferirem uma remuneração que lhes permita uma maior autonomia económica, de desenvolverem novos contactos e relações sociais e se tornarem membros mais activos e participativos na comunidade a que pertencem.

T. D. e V. P. C.



Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

CURSO DE FORMAÇÃO

Reabilitação e Integração Comunitária de Pessoas com Doença Mental

Estruturação e Implementação de Serviços de Suporte

2º Curso: de 23 a 27 de Outubro de 2000

Lisboa

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

NOVOS DESAFIOS NA REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇA MENTAL

Num momento em que se debatem e preparam transformações nos Sistemas de Saúde Mental em Portugal, que poderão influenciar o processo de desinstitucionalização das pessoas com doença mental,



Prof. Dra. Patricia Deegan

considerou a AEIPS ser um momento oportuno para a reflexão teórica e prática sobre os novos desafios na Reabilitação desta população.

Assim, nos dias 25, 26 e 27 de Outubro de 1999, teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, uma Conferência Internacional, que decorreu sob o título Novos Desafios na Reabilitação de Pessoas com Doença Mental, organizada pela AEIPS.

O principal objectivo desta Conferência foi o de proporcionar aos seus participantes uma perspectiva alargada acerca da complexidade do processo de desinstitucionalização e integração comunitária da população doente mental. Assim, contámos com a presença de um conjunto de conferencistas considerados internacionalmente pelo seu trabalho nesta área, tanto a nível teórico, como no planeamento, implementação e avaliação de Programas de base comunitária para a prestação de apoio às pessoas com doença mental grave e prolongada.

Tendo em consideração o trabalho desenvolvido pela AEIPS, desde 1987, no

âmbito do suporte comunitário, sobretudo nos domínios do Emprego e Habitação, considerou-se relevante a exposição da sua experiência, tanto a nível da organização e

objectivos dos programas de suporte, como através dos testemunhos dos participantes nos diversos serviços e dos seus familiares.

Como balanço desta iniciativa poderemos afirmar que, de acordo com o feedback dado pelos participantes na Conferência e com a avaliação dos utentes e familiares da AEIPS, bem como de outras organizações congéneres, houve um conjunto de apresentações de elevada qualidade e uma enorme disponibilidade dos conferencistas para o contacto com os participantes, esclarecendo as suas dúvidas e ouvindo os seus comentários.

A sessão de Abertura da Conferência contou com a presença e prelecção da Senhora Dona Maria José Ritta, com o Director de Serviços de Saúde Mental, o Dr. Álvaro de Carvalho e com a Presidente da FNERDM (Federação Nacional das Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais).

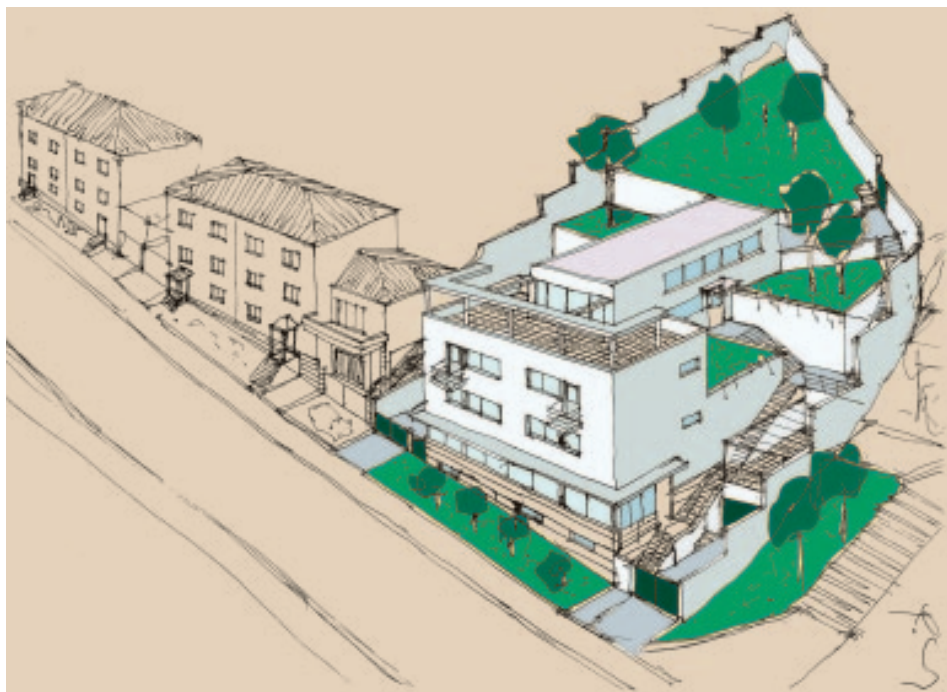
No âmbito das áreas específicas da Reabilitação contámos com um conjunto diversificado de participações. No domínio da Reabilitação Psiquiátrica, o Prof. Doutor William Anthony, Director do Centro de Reabilitação Psiquiátrica da Boston Univer-

sity, abordou os novos desafios que se colocam aos profissionais em termos da intervenção individual, da estruturação e implementação de Programas de Reabilitação e da intervenção ao nível dos diversos sistemas de saúde mental, bem como as estratégias e curricula de formação dos técnicos de intervenção individual; Para a experiência portuguesa na área da Reabilitação, o Prof. Doutor José Ornelas, apresentou os desafios que as organizações públicas e privadas envolvidas na desinstitucionalização e integração comunitária da população doente mental enfrentarão se pretenderem desenvolver programas de qualidade e que eficazmente respondam às necessidades desta população.

Na temática do Recovery, definido como o processo a partir do qual as pessoas com doença mental poderão aprender com a sua experiência e tornar-se participantes activos no seu processo de reabilitação, tivemos a possibilidade de contar com a presença da principal teórica deste modelo, a Prof.^a Doutora Patricia Deegan, coordenadora do National Empowerment Center, nos EUA, que apresentou uma comunicação e um workshop em que, através do relato da sua experiência de doença mental, avançou um conjunto de pistas e estratégias extremamente relevantes para as pessoas com doença mental, bem como para os profissionais e familiares que as acompanham.

No âmbito do Movimento Europeu de Pessoas com Doença Mental, contámos também com a presença do Senhor Wouter van de Graaf, um dos seus principais líderes, que apresentou um vasto conjunto de ideias e pistas para o desenvolvimento do movimento similar a nível nacional, e como poderão os portugueses participar em iniciativas a nível da União Europeia. Neste painel, apresentaram também uma comunicação os senhores José António Coimbra e Henrique Viana, que têm vindo a dinamizar a ideia de um movimento a nível nacional, em conjunto com líderes de utentes de diversos serviços de reabilitação psicossocial.

Continua na pág. 7



PROJECTO DA NOVA RESIDÊNCIA

A AEIPS está nesta altura a finalizar os processos preparatórios para a construção de uma nova Residência Comunitária para pessoas com doença mental. Esta nova Residência Comunitária funcionará com apoio técnico a 24 horas, de forma a garantir o acompanhamento dos utentes.

Com a criação deste novo espaço de apoio habitacional, a AEIPS procura encontrar mais respostas de médio ou longo prazo para 10 pessoas com doença mental grave e prolongada. Este projecto pretende também funcionar como mais uma oportunidade de Empowerment deste grupo social, através da sua responsabilização e participação progressiva, tanto a nível da Residência, com o envolvimento permanente nas actividades de gestão e manutenção do espaço, como em termos do aumento e/ou fortalecimento das redes e do suporte social de cada um dos(as) participantes.

A nova Residência Comunitária ficará situada num bairro residencial com acesso a diversos recursos como supermercados, centros comerciais, cafés, transportes públicos, clubes desportivos e recreativos, centro de saúde e outros equipamentos, sendo um dos objectivos primordiais no funcionamento diário deste novo espaço, a articulação formal e informal com estes recursos no contexto natural.

A interacção próxima com este conjunto de recursos e serviços é, em nosso entender, crucial para o sucesso deste tipo de alternativa habitacional, pois funciona como um mecanismo preventivo do isolamento no contexto comunitário.

Tendo em consideração a experiência das duas Residências Comunitárias da AEIPS, a funcionar desde 1989 e 1993 respectivamente, este novo espaço será estruturado a partir de uma reunião

comunitária semanal, com todos(as) residentes e equipa técnica, para balanço da semana anterior, discussão de problemas, dificuldades ou conflitos e para, em conjunto, se encontrarem as estratégias mais adequadas para a sua resolução. No contexto da reunião, será ainda planificada a distribuição de todas as actividades inerentes à manutenção do espaço habitacional, como por exemplo, plano de compras, escolha dos menus para as refeições, as limpezas, etc.

Com esta reunião pretende-se promover e desenvolver as ligações entre os membros do grupo na procura das estratégias mais eficazes na gestão das tarefas do dia-a-dia e também o seu envolvimento para a participação activa na vida interna da Residência Comunitária.

Assim, partindo das decisões tomadas e das responsabilidades distribuídas em Reunião Comunitária, as actividades de manutenção do espaço habitacional, subdividir-se-ão em:

Compras de Supermercado - As compras semanais serão realizadas num espaço comercial da zona pelo residente responsável por essa actividade, acompanhado pelo técnico de serviço;

Confecção de Refeições - O plano de refeições é constituído pela ementa semanal em que consta também a especificação do responsável de cada refeição. A escolha do menu e o dia da semana é articulada entre todos os residentes, de acordo com os seus interesses e/ou disponibilidades de tempo;

Limpezas - Todos os residentes são responsáveis pelas actividades de limpeza (salas, entrada, escadas, etc.) em sistema rotativo que se altera numa base semanal;

Tratamento de Roupas - Cada residente escolhe um dia na semana para concretizar esta tarefa.

Para além da dimensão colectiva ou

partilhada inerente à participação num contexto habitacional deste tipo, cada um dos residentes tem um percurso autónomo e individualizado que poderá abranger domínios diversificados, consoante as suas necessidades, dificuldades e interesses. As áreas de intervenção e suporte poderão abranger, assim, a autonomização progressiva em termos de higiene e cuidados pessoais, gestão de dinheiro, confecção das refeições, manutenção do espaço habitacional, utilização de transportes públicos ou outros recursos no contexto da comunidade, entre muitos outros.

À semelhança das Residências Comunitárias em funcionamento, o novo projecto funcionará com uma equipa de apoio a 24 horas, cujas principais responsabilidades se centrarão na organização e dinamização de todas as actividades da Residência, no acompanhamento e suporte aos residentes, na identificação de necessidades específicas de intervenção e respectiva programação e implementação e, ainda, na mediação e resolução de diferendos ou conflitos, bem como no suporte e intervenção em situações de crise.

Esta equipa terá uma reunião semanal para avaliação do trabalho desenvolvido, para discussão e definição de estratégias de intervenção e resolução de problemas e/ou conflitos, bem como para o planeamento de actividades para a semana seguinte.

Com este novo projecto, considera a AEIPS, poder contribuir para que mais pessoas com doença mental possam ter acesso a uma alternativa habitacional estável, com qualidade, acessível economicamente e com segurança, no sentido de promover o seu empowerment e participação a nível da comunidade.

M.J.V.M.

Conferência Internacional

Continuação da pág. 5

No que concerne aos Programas a nível do Emprego Apoiado e Suporte Habitacional desenvolvidos pela AEIPS, participaram, além dos técnicos coordenadores das áreas, a senhora D. Cláudia Avó e os senhores Pedro Torrado Silva e Luís Dias Jorge, utentes destes serviços; englobado na temática do Emprego Apoiado esteve também presente o representante português na European Union of Supported Employment, o Dr. Augusto Sousa.

Para as questões ligadas à participação das famílias no processo de reabilitação, a Prof^ª. Doutora Diane Marsh, da Universidade de Pittsburgh em Greensburgh, apresentou o trabalho que tem vindo a desenvolver nos últimos anos neste domínio, tendo a AEIPS também contado com a presença do senhor Kees Zwarthoed, um dos Líderes da EUFAMI (Federação Europeia das Famílias de Doentes Mentais) e da Prof^ª Doutora Angela Guimarães, uma das principais dinamizadoras do Movimento dos Familiares de Pessoas com Doença Mental em Portugal.

Nesta Conferência Internacional, estiveram presentes cerca de 350 participantes, entre profissionais de organismos públicos e privados, pessoas com experiência de doença mental e seus familiares.

Como resumo das principais ideias apresentadas e resultado dos debates, foi estruturado um documento que se denominou de A Declaração de Lisboa em que se refere que, tendo por base um vasto conjunto de estudos de investigação realizados por todo o mundo, a maioria das pessoas que sofrem de doenças mentais graves conseguem atingir níveis elevados de Recovery e podem tornar-se membros contributivos para a sociedade. Resultados similares deverão ser esperados em Portugal, se estudos semelhantes vierem a ser realizados a nível nacional, especialmente se as pessoas com doença mental receberem o apoio necessário na comunidade nas áreas profissional, habitacional, educacional, social e outras. Assim, para que os objectivos da

Senhora Dona Maria José Ritta



Reabilitação e Recovery e para que uma Plena Integração seja possível, é fundamental:

- A criação de uma organização de âmbito nacional de pessoas com experiência de doença mental;
- A criação de uma organização de âmbito nacional de familiares;
- A criação de uma rede de Programas de Reabilitação Psicossocial de base comunitária

M.J.V.M.



AEIPS

Associação para o Estudo e Integração
Psicossocial

Uma associação ao serviço das pessoas
com doença mental

- Centro de Apoio Diário
- Residências Comunitárias
- Integração Profissional
- Grupos de Ajuda Mútua
- Apoio às Famílias

Contacto:

Av. António José de Almeida, 26
1000-043 Lisboa

Tel.: 21 840 91 33 • Fax: 21 849 81 29
aeips@mail.telepac.pt

Continuação do Editorial

peçoas, como são estes mesmos contextos naturais, os espaços privilegiados para aquisição e desenvolvimento das competências necessárias a uma integração efectiva dos indivíduos. Por outro lado, estudos recentes na área do emprego e na área habitacional apontam para índices muito baixos de sucesso da transitoriedade, tanto a nível dos sistemas de emprego protegido, como a nível da passagem de espaços habitacionais protegidos para soluções de habitação independente.

Mais recentemente, tem-se criado o mito de que as empresas de inserção não são empregos protegidos, mas empresas inseridas no mercado competitivo. Ora vejamos, em que é que as firmas sociais, como outros tipos de emprego protegido, contradizem os princípios subjacentes ao Movimento da Saúde Mental Comunitária, onde se integram as ideias de desinstitucionalização e reabilitação.

As empresas de inserção, tal como outros tipos de emprego protegido, criam uma concentração de pessoas com o mesmo tipo de problemática, impedindo o contacto com o contexto social global, onde circulam as pessoas sem história de doença mental, sendo este um espaço privilegiado para a reabilitação;

As empresas de inserção, tal como outros tipos de emprego protegido, limitam a escolha e o desenvolvimento de uma carreira profissional,

ficando estes participantes restringidos a actividades estereotipadas como, por exemplo, jardinagem, cozinha, padaria, carpintaria, tipografia e encadernação, entre outros.

Ao criarem empresas de inserção, ou outros tipos de emprego protegido, os profissionais de ajuda convertem-se em "gestores" de actividades económicas, geralmente pouco viáveis e competitivas em termos de mercado, pelo que, em vez de cumprirem a sua missão primordial de facilitadores da integração, são canalizados para actividades estranhas à sua formação, como por exemplo, contabilidade ou estratégias de produção, colocação e venda de produtos no mercado

Ao abandonar-se o princípio da integração das pessoas com doença mental nas empresas, continuamos a adiar o convívio entre pessoas com e sem doença mental, adiando a construção de um contexto social diversificado.

A defesa da integração no meio competitivo de trabalho, preconizada pelo movimento do Emprego Apoiado, vai ao encontro dos grandes objectivos da Saúde Mental Comunitária, que são:

1. Proporcionar Empowerment às pessoas com doença mental;
2. Proporcionar oportunidades de escolha e facilitar o acesso ao universo global do mercado de trabalho;

3. Permitir que o papel a desempenhar pelos profissionais se concentre no envolvimento dos grupos-alvo e na sua participação activa nos processos de mudança social;

4. Desenvolver mecanismos para que as ideias de diversidade, de tolerância e aceitação efectiva da diferença possam ser um processo facilitador da plena integração comunitária.

A AEIPS, ao desenvolver um programa de Emprego Apoiado, tem como objectivo demonstrar, na prática, que é possível a integração comunitária, das pessoas com doença mental, a todos os níveis, incluindo o profissional, tendo vindo a criar uma rede de empresários que colaboram nesta perspectiva. Pensamos estar assim a contribuir para a mudança social, no sentido de uma comunidade em que todas as pessoas, independentemente da sua problemática, deficiência, étnia ou género, possam viver e participar activamente.

José H. Ornelas*
Presidente da Direcção

* Professor Associado no ISPA

Assine o Comunidade

Pode assinar o Comunidade e garantir, assim, que recebe todos os exemplares logo que saiam.

Ao fazer a sua assinatura está também a ajudar a A.E.I.P.S. e receberá três exemplares por ano, por 500\$00 + gastos de envio.

Nome

Morada

Código Postal -

Nota: Esta ficha pode ser fotocopiada

Ficha Técnica

Edição e Propriedade



Associação para o Estudo e Integração
Psicossocial
Av. António José de Almeida, 26
1000-043 Lisboa
Tel.: 21 840 91 33 • Fax: 21 849 81 29
aeips@mail.telepac.pt

Coordenação e Redacção

Maria João Vargas Moniz
Fátima Jorge Monteiro
Maria Teresa Duarte
Vera Coelho

Design

Nuance Design
R. Latino Coelho, 83-3ª-Esq • 1050-134 Lisboa
Tel.: 21 315 19 53 • Fax: 21 315 41 00
nuance@mail.telepac.pt

Impressão

Lito DAPA, Artes Gráficas, Lda
Apartado 77 • 2670 Loures
Tel.: 21 982 17 01 • Fax: 21 982 16 98

Registo I.C.S.

123172

Tiragem

1.000 exemplares